

AS FORÇAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA FLUMINENSE: HISTÓRIA, POLÍTICA, ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIEDADE NA ERA AMARAL PEIXOTO (1937- 1945 / 1951-1955)

THE CONSERVATIVE FORCES FOR THE RESTORATION OF FLUMINENSE: HISTORY, POLITICS, ECONOMIC ACTIVITIES AND SOCIETY IN THE AMARAL PEIXOTO ERA (1937-1945 / 1951-1955)

José Luís Honorato Lessa

 <https://orcid.org/0000-0001-7589-7316>

Correspondência: honorato.lessa@gmail.com

Universidade Salgado de Oliveira.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89416

Recebido em: 29 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

RESUMO

O personagem em tela administrou o estado do Rio de Janeiro nos dois períodos em destaques. Apesar dos distintos cenários políticos, nas ocasiões sobressaíram medidas político-econômicas com vistas à restauração e à industrialização fluminense. Esta empreitada objetiva perpassar as principais diretrizes estruturantes do governo estadual para o setor. A literatura toma a economia fluminense do pós-1930 como em estágio de irreversível crise. Não obstante, o grupo político liderado por Amaral Peixoto canalizou ações direcionadas à indústria fluminense. No conjunto, o artigo destacará que a política industrial fluminense esteve atravessada por múltiplas ações e com participação de distintos agentes e agências ao longo dos cortes estabelecidos.

Palavras-chave: Estado do Rio de Janeiro; política industrial; restauração; Amaral Peixoto.

ABSTRACT

The character in question administered the state of Rio de Janeiro during the two periods in question. Despite the different political scenarios, on both occasions political and economic measures aimed at the restoration and industrialisation of Rio de Janeiro stood out. This endeavour aims to examine the state government's main structuring guidelines for the sector. The literature considers the post-1930s economy in Rio de Janeiro to be in a stage of irreversible crisis. Nevertheless, the political group led by Amaral Peixoto channelled actions aimed at Rio's industry. Overall, the text will emphasise that Rio de Janeiro's industrial policy was crossed by multiple actions and with the participation of different agents and agencies throughout the established cuts.

Keywords: State of Rio de Janeiro; industrial policy; restoration; Amaral Peixoto.

1 INTRODUÇÃO

A participação da província/estado do Rio de Janeiro na economia nacional no oitocentos foi digna de nota, particularmente em sua segunda metade. Com a chegada do novecentos perde liderança econômica já nas duas décadas iniciais. Mesmo a despeito de alguns estudos de casos, no conjunto, há uma lacuna na historiografia fluminense em relação à indústria do estado do Rio a partir dos anos 1930. Nos períodos acima identificados, o grupo liderado por Amaral Peixoto formulou políticas industriais para o estado em questão, que, a despeito da derrocada industrial na passagem do século XIX para o XX, ocupou a segunda posição na participação federal (PEDREIRA; BRANDÃO; FILHO, 2024, p. 20) com crescimento acima da média nacional conforme Osorio (2005). Em tese, a meta daquela administração era alcançar o soerguimento fluminense.

O personagem central, de oficial da Marinha do Brasil – daí, o apelido de Comandante pelo qual era chamado – a Ajudante de Ordem do presidente Getúlio Vargas, passou a condição de interventor federal no estado do Rio de Janeiro em 1937, posição que exerceu até o fim do Estado Novo em 1945. Mais tarde, como governador eleito, administrou o mesmo estado entre janeiro de 1951 a 1955. Ademais, estamos diante de um agente com singular participação na vida nacional até fins dos anos 1980, isso, enquanto embaixador; integrante do executivo federal na condição de Ministro de Estado e parlamentar (deputado federal e senador) membro de importantes comissões. O Amaral Peixoto pós-chefe do executivo fluminense carece de estudos historiográficos mais detidos.

No estado do Rio, a administração amaralista elegeu como principais metas: investimentos em obras públicas como rodovias, eletrificação, serviços de abastecimento de água, incentivos agrícolas, industriais, captação de empréstimos e estreitamento da relação com agentes privados do setor produtivo. Medidas tomadas com vistas a chamada restauração do estado. Assim, o reequipamento do setor produtivo fluminense sofreu influência do processo de modernização industrial, capitalista e conservadora em curso no país desde os anos 1930, momento em que o governo brasileiro dá origem a um diversificado conjunto de organismos técnicos, consultivos, normativos ou ainda deliberativos com vistas à política de planejamento econômico. Questões já fartamente revisitadas pela literatura que aponta, inclusive, os delineamentos centralizadores característicos daquela conjuntura: Draibe (1985), Diniz (1978 e 1991), Ianni (2009), Bielschowsky (2004) e Fonseca (1989).

Para esta empreitada, as fontes basilares são: o Arquivo Ernani do Amaral Peixoto depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); o depoimento do próprio personagem (PEIXOTO, 1986) somado ao periódico — *O Fluminense*. A metodologia adotada tem por princípio o cruzamento de dados coletados nas referidas fontes. E, considerando o chamado antigo estado do Rio de Janeiro, tomará como espaço de análise a região fluminense, em que pese a centralidade da industrialização carioca que contribuiu com passos decisivos para o caso brasileiro, conforme atesta a vasta literatura sobre a questão.

Em tempo, a documentação sobre Amaral Peixoto reúne uma série de arquivos oficiais, isto é, produzidos pelo governo, bem como registros particulares de: industriais, ruralistas, banqueiros, empreiteiros, políticos, associações e afins, com requisições, sugestões, agradecimentos e outras demandas. Por sua vez, as impressões centrais do Comandante sobre aquele período, em especial, encontram-se no referido livro depoimento. Por fim, *O Fluminense*, da última quadra do século XIX, foi controlado pela família Miranda Azeredo até 1954. Tradicional impresso do estado, dizia-se representante das forças conservadoras. Intimamente ligado aos distintos governos da ocasião, contudo, de posicionamento pendular, variável por assim dizer, rompe com Amaral Peixoto quando a empresa é adquirida, em 1954, por Alberto Torres, deputado estadual pela União Democrática Nacional e contumaz opositor daquela administração. Mesmo assim, a folha continuava sua cobertura sobre os investimentos no estado.

Destinado a discutir as medidas estruturantes para a indústria fluminense como síntese de “novo” conservadorismo distribuídos em diferentes seguimentos, o artigo estrutura-se em três seções: a primeira refaz o perfil econômico-industrial do estado do Rio de Janeiro até a curva 1950/1960 e aponta para a nova composição de forças geradas pelo conjunto de investimentos daquela Era; na sequência, versa sobre o *modus operandi* das administrações amaralistas. No terceiro momento, percorre uma agência específica do governo de 1951-1955, a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial e as falas do próprio personagem Amaral Peixoto sobre a mesma.

2 BREVE PANORAMA DA ATIVIDADE ECONÔMICO-INDUSTRIAL FLUMINENSE ATÉ 1950/1960

No curso do século XIX a Província do Rio de Janeiro exerceu certa proeminência político-econômica: agrícola — majoritariamente produtora de café, escravagista, mercantil, bancária, capitalista e hegemônica, a aristocracia fluminense constituiu relativo esteio na gênese e consolidação do Estado imperial brasileiro (MATTOS, 1994). Por outro lado, a dispersão cafeeira favoreceu o espraiamento ferroviário, mesmo que desprovido de racionalidade técnica, isto é, sem padronização mais adequada entre os ramais (MELO, 1993; 2002). Assim mesmo, o traçado do trilhos pelo espaço fluminense, objetivamente direcionado ao porto da cidade do Rio de Janeiro, contribuiu para o malogro dos “pequenos portos disseminados pelo litoral” (MATTOS, 1994, p. 57).

Concentrada na Vale do Paraíba fluminense a migração da cultura cafeeira para as terras paulistas demarcou dado regresso econômico da Velha Província, como era caracterizada. Em decorrência, na chegada do republicanismo, a região do Rio de Janeiro — aqui, metodologicamente, compreende a cidade e o estado —, torna-se de segunda grandeza na participação nacional. Mesmo a despeito deste cenário, na área de Itaperuna, mais ao noroeste fluminense, verifica-se grande centro produtor de café ao lado de Campos dos Goytacazes, o tradicional fornecedor açucareiro (FERREIRA, 1994).

Na outra ponta, decorrente de variações conjunturais/estruturais, vale registrar que a denominada região do Rio de Janeiro, de modo mais incisivo, inclina para o mundo urbano-industrial a partir da segunda metade do século XIX (BEAUCLAIR, 1992); (LEVY, 1994) e (LOBO, 1978). Na parte final do oitocentos, ainda que de modo rudimentar, e após a virada para o século XX até os anos 1950/1960, pulverizam casos industriais pelo território fluminense. Como atesta a vasta literatura sobre o caso da indústria carioca por assim dizer, a cidade do Rio de Janeiro contribuiu com passos decisivos para a industrialização brasileira. Por conseguinte, forma um corolário industrial no estado de mesmo nome, cuja capital era a cidade de Niterói.

É possível elencar casos da industrialização fluminense já estudados. A sequência obedece a ordem meramente alfabética dos municípios: Araruama (BEAUCLAIR, 1993); Belford Roxo (CARVALHO, 2015); Cabo Frio, região que hoje compreende Arraial do Cabo (PEREIRA, 2009); Campos dos Goytacazes (BERNARDES, 1957) e (ALVES, 2013); Duque de Caxias (RAMALHO, 1989) e (COSTA, 2009); Magé (OLIVEIRA, 1992), (PEREIRA, 2006), (FIGUEIREDO, 2008),

(MELLO, 2008) e (RIBEIRO, 2009; 2015); Niterói, (BEAUCLAIR, 1992), (BEAUCLAIR; HONORATO. In: MARTINS; KNAUSS, 1997); (MOMESSO, 2007) e (AMARAL, 2023; 2010); Nova Friburgo (CORREA, 1985) e (COSTA, 1997); Nova Iguaçu (MENDONÇA, 2017); Paracambi (FURTADO, 2012); Petrópolis (MAGALHÃES, 1966), (MARTINS, 1978) e (MESQUITA, 2012); São Gonçalo (ARAÚJO, 2004) e (LESSA, 2023); Seropédica, antes, pertencia a Itaguaí (BRITO, 2021) e os casos de Volta Redonda nos estudos de (MOREL, 1989) e (SILVA, 2010), por exemplo. De modo mais abrangente Hildete de Melo (2001, In: FREIRE; SARMENTO; MOTTA), (s /d.) e em estudo conjunto com Cláudio Considera (1986) dão contribuições ao entendimento da economia e trajetória industrial fluminense.

No segundo período da industrialização fluminense, isto é, do advento da República até os limites 1950/1960, ocorre menor ou maior inserção dos governos estaduais em termos de canalização de políticas públicas para o setor, mesmo que o emergir da República tenha aguçada renhidas disputas políticas, por vezes, facciosas. Isso, em distintos períodos: até o romper do 1930 (FERREIRA, 1889; 1994); no intervalo 1930-1937 (CASTRO, 1996) e sob outro contexto, entre 1945-1947 (COSTA, 2019). Pode-se ponderar que, na Era Amaral Peixoto a política fluminense esteve de certo modo mais “*pacificada*”, especialmente durante o Estado Novo, a julgar pelo regime de exceção.

Para retomar ao tema da indústria, nas primeiras décadas da virada republicana o conjunto da região — novamente, a cidade e o estado — também perde a primazia do campo para São Paulo. Em que pese este cenário de retração, o porvir dos anos 1930 marca um novo ordenamento industrial fluminense. Com a ascensão de Amaral Peixoto ao executivo estadual em 1937 e formação do seu grupo político, que pouco mais tarde se reunira no Partido Social Democrático (PSD), gesta-se uma difusa política de reestruturação do estado: a industrialização fluminense constituía uma das frentes e, para qual, reunia amplo conjunto de ações/investimentos, para além das isenções e benefícios concedidos. Ao fim e ao cabo, envolvia a movimentação de diversos setores econômico-sociais: agricultura; comércio; turismo; cooperativa; educação, higiene e saúde pública; construção de prédios públicos para distintas funcionalidades; estradas; eletrificação; canalização e distribuição de água; urbanização; engenharia; ensino regular, industrial, rural, pesqueiro e universitário; assistência social e previdenciária.

Tais frentes formam as entrelaçadas ações do grupo sob liderança de Amaral Peixoto que arregimentou interesses de distintas classes: empresários, banqueiros,

financistas, empreiteiros, engenheiros, fazendeiros, usineiros, comerciantes e empresários do setor de transportes e turismo figuram dentre os principais agentes, muitos deles filiados ao PSD, outros, eram mesmo da União Democrática Nacional. Sobre o arregimentação de interesses das forças conservadoras, o Comandante explicita a questão nos dois momentos de posse, 1937 e 1951. Ocasões em que expõe, sobretudo, a aproximação junto aos setores agropastoris e industriais e do esforço em atendê-los, o que chamou de coordenação dos propósitos públicos e particulares¹. Personalista, conforme documentação consultada, no curso dos referidos governos, foi notório este estreitamento no qual o ator em questão exerceu importante papel de articulador direto juntos aos distintos agentes do mundo econômico.

Quer dizer, havia forte interlocução entre Amaral Peixoto e homens de negócios. Sem o objetivo de causar exaustão, para ilustrar, espera-se que a lista abaixo forneça pistas à existência de forte grupo de capitalistas muito próximo ao núcleo daquela administração estadual: Henrique Lage, Manoel João Gonçalves, Antônio Augusto da Paz, Irmãos Yamagata, Francis Walter Hime, Cecil Hime, Eduardo Duvivier, Francelino Bastos França, Vivaldi Leite Ribeiro, Severino Pereira da Silva, Lúcio Tomé Feteira, Evaldo Saramago Pinheiro, Simão Mansur, Rubens de Campos Farrula, Paulo da Silva Fernandes, Miguel Couto, Joaquim Rolla, Alberto Quatrini Bianchi, Irmãos Guianelli, Vittorio Migliora, dentre outros. Esta constelação de nomes predomina na documentação compulsada. Este tema requer desdobramentos em dado tempo oportuno. Contudo, por ora, cabe concluir que, a atuação destes homens de negócios, muitos deles agentes políticos e, inseridos no aparelho público-estatal (GRAMSCI, 1978; 1991; 2000), orgânicos, influíram na formulação de diretrizes industriais do governo fluminense em questão.

3 O MODUS OPERANDI DA ADMINISTRAÇÃO ERNANI DO AMARAL PEIXOTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nos recuos 1937-1945 e 1951-1955 enquanto chefe do executivo fluminense sistematizou um conjunto de ações bem como reformulou, ampliou e instituiu órgãos, departamentos e secretarias de governo - acompanhado de nomeações de agentes

¹ O Fluminense, 12 nov. 1937. Ed. 16.770, p. 1 e EAP gov 1951.01.25/1. Documentos referentes à posse de Ernani do Amaral Peixoto como governador do estado do Rio de Janeiro.

públicos em diferentes escalas e níveis de hierarquia. Atribui-se àquela administração a montagem de uma sólida, articulada, orgânica, hegemônica e clientelística base política que serviu de sustentáculo para o PSD fluminense. Somado a isso, a estrutura montada apresentava como pressuposto a interferência nas esferas produtivas: especialmente agricultura e indústria, e em outros campos como: educação, saúde pública, habitação, higiene-saneamento (canalização de água), intervenções urbano-rodoviárias, no plano de eletrificação e assistencialismo. Deste modo, nossa hipótese é que as ações do governo visavam ao reequipamento econômico fluminense como metassíntese, logo, a dinâmica empreendida concentrou em capitanear a reestruturação burocrático-administrativa do estado do Rio de Janeiro. Tratava-se de dada hegemonia: o processo de reestruturação da região fluminense em suas distintas dimensões, a saber: organizacional, burocrática, técnica, administrativa, financeira, fiscal, agrícola e industrial. Diferentes autores trazem à baila apontamentos para estas questões – Honorato (1987), Castro (1996) e Costa (2008).

No fundo, estava em curso o processo de refundação do estado, isto é, um projeto de poder político e econômico. Para tal, o grupo dominante esmerou-se em reestruturar as bases administrativas estaduais, concomitante ao reordenamento/saneamento das diversas funções do poder público, que não atuava isoladamente: os interesses privados se fizeram presentes no projeto de reestruturação fluminense, pois, se tratava, sobremaneira, da consolidação capitalista. Para tanto, era fundamental reformular a espinha dorsal da ossatura estadual: as secretarias. Por ossatura tomamos com base Draibe (1985) em que analisa alguns dos elementos constitutivos do Estado bem como do capitalismo no Brasil. Sob perspectiva desta autora, ossatura compreende toda moldagem estatal, ou seja, as principais agências governamentais, sua atuação estruturante e no limite dos interesses dos agentes/agências privados. Nesta empreitada, por ossatura, consiste em compreender as secretarias de governo e sua atuação básica.

Castro (1996) coloca a Secretaria de Interior e Justiça em posição central, pois, fazia a articulação político-econômica do governo. Por um período foi denominada de Secretaria de Justiça e Segurança Pública para voltar ao nome originário em seguida. A Secretaria de Finanças tinha como meta a estruturação financeira do estado do Rio. Sob o comando de Rezende Silva, Amaral Peixoto dedicou os primeiros meses da administração iniciada em 1937 ao estudo da situação financeira e fiscal fluminense, além da nomeação dos prefeitos, contribuindo para a construção de sua malha política. Nos quatro anos iniciais do governo havia alcançado o melhoramento das finanças;

construção de dezenas de prédios escolares; o estabelecimento de unidades sanitárias por todo o território fluminense, a ampliação rodoviária e o projeto de eletrificação do estado. Estes últimos constituíram nos principais melhoramentos da infraestrutura.

Por sua vez, a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde Pública, de 1938, ampliou o número de prédios escolares, inclusive as chamadas escolas rurais. Ainda que destinada a levar conhecimentos agrícolas ao pequeno agricultor, revelava o peso do setor para a economia fluminense. Ao incluir a área de saúde, a aludida secretaria apresentava espectro atuante bem amplo: água, esgoto, higiene, prevenção, somados a atenção à educação física (saúde mental e física), especialmente dos estudantes. Nos campos da higiene e prevenção verificaram-se a ampliação de postos e de hospitais, como: Antônio Pedro (hoje hospital Universitário da Universidade Federal Fluminense) e o hospital Operário do Barreto, bairro proletário na zona norte da antiga capital fluminense, Niterói.

A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, mesmo agregando três setores da atividade produtiva, pareceu dar maior atenção à agricultura e à indústria com tendência prioritária ao primeiro setor. Tanto que, das viagens empreendidas por Amaral Peixoto pelo território estadual, a região de Campos foi a que mais o acolheu. Aquele corte do norte fluminense era o que apresentava maior dinâmica agrícola com produção do açúcar nas suas tradicionais usinas. Em 1940, tal secretaria é reformulação quando foram criadas subdivisões. O campo da indústria ganha divisão específica. Contudo, em seu depoimento ao CPDOC, Amaral Peixoto deixa claro que, apesar desta secretaria, o campo da indústria mereceu sua atenção especial.

Quanto a Secretaria de Viação e Obras Públicas, além do projeto rodoviário, a aludida pasta executou o projeto de construção da hidrelétrica de Macabu, responsável pela eletrificação do interior do estado. Primeiramente entregue a um consórcio japonês, com a Segunda Guerra, passou ao controle do governo fluminense. Vale ponderar que as referidas secretarias permaneceram no segundo governo, de 1951-1955, por outro lado, para as ações estruturantes, o estado do Rio de Janeiro sob as administrações Amaral Peixoto contou com outras agências/ comissões de fomento voltadas para a condução do progresso fluminense e surgidas ao longo dos períodos: Serviço de Colonização e Trabalho; Departamento Estadual do Trabalho; Caixa Econômica do Estado do Rio Janeiro; Comissão de Estradas e Rodagens; Departamento de Estradas de Rodagens; Comissão de Águas e Esgotos; Comissão Central de Macabu; Central Hidrelétrica de Macabu; Comissão Estadual de Energia Elétrica; Empresa Fluminense de Energia

Elétrica; Escola Fluminense de Engenharia; Comissão Estadual do Leite; Comissão Estadual para o Comércio e a Industrialização do Leite; Conselho Econômico e Financeiro do Estado; Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado; Companhia de Expansão Econômica Fluminense S.A e Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial. Esta última é objeto de atenção na sequência.

4 A COMISSÃO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO SEGUNDO GOVERNO AMARALISTA

Para a origem e papel da Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDI) faremos amplo uso das falas do próprio agente Amaral Peixoto a partir do seu depoimento ao CPDOC; do arquivo Amaral Peixoto depositado na própria instituição que organizou o depoimento do mesmo; o jornal *O Fluminense*, principal veículo de imprensa do estado no período analisado.

A administração do Comandante esteve de prontidão para incrementar o parque industrial fluminense. Os temas relacionados à indústria ganharam contornos personalizados. Pela riqueza do relato, convém, de imediato, acompanharmos com mais proximidade sua fala:

Dei também muito auxílio à indústria. Dava isenção do imposto de transmissão, do imposto de indústria e profissão. Ajudava a resolver dificuldades de financiamento, dificuldades técnicas. Com isso umas cem indústrias vieram para o estado, e eu aumentei a renda estadual (Peixoto, 1986, p. 282).

Para recuperar um pouco mais as impressões de Amaral Peixoto:

Para cada indústria que desejava se instalar no estado era feito um decreto dando isenção do imposto de transmissão para a compra do terreno. Era um imposto insignificante, mas a isenção sempre agrada à empresa. Eu dava também isenção do imposto de indústria e profissão pelo prazo de cinco anos, e as empresas eram obrigadas a pagar desde o início apenas o Imposto sobre Vendas e Consignações, que é a base da arrecadação estadual. Com isso atraí muitas indústrias. Se elas precisavam de auxílio técnico para resolver problemas como energia elétrica, o meu pessoal também tratava disso. A Antártica, por exemplo, ia fazer uma grande fábrica em Nova Iguaçu, e eu fiz uma estrada até o local. Acabaram não fazendo a fábrica, e quem se instalou lá foi a Merck. Talvez esse auxílio técnico representasse até mais que as isenções, que serviam apenas de estímulo (Peixoto, 1986, p. 251).

Julgamos que as citações acima nos oferecem uma ideia quanto as formulações da política industrial amaralista. Desse modo, a agência – CEDI – criada no segundo ano da governadoria, ou seja, em 1952, tinha o objetivo de estudar, planejar bem como avaliar propostas e projetos empresariais. Isto é, visava ao encetamento de novas indústrias no território fluminense. Esta, fruto do decreto n. 4.264 de 19 de setembro de 1952 não esteve vinculada a nenhuma secretaria ou órgão do estado, na verdade, pelas evidências encontradas nas fontes, subordinava-se diretamente à figura do Comandante. Para lançarmos luz à reflexão, utilizemo-nos de suas próprias palavras:

Procurando tornar mais eficiente nossa política de desenvolvimento industrial, permitindo maior e melhor assistência aos interessados em se estabelecer no estado do Rio, após acurados estudos, resolvemos criar um órgão especializado, o que levamos a efeito através do Decreto nº 4.264, de 19 do corrente mês (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Logo, no curso daquela política industrial, ao menos em tese, a CEDI é instituída enquanto agência especializada de assistência. De maneira geral, se referindo ao programa de industrialização do estado, pela singularidade, novamente recorremos ao discurso do Comandante, extraído de outra fonte:

Procurando tornar mais eficiente essa política de recuperação econômica, permitindo maior e melhor assistência aos interessados, criamos um órgão especializado: a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial, cuja finalidade é realizar pesquisas, promover estudos e propor providências de ordem econômica, financeira e administrativa que habilitem o governo a decidir sobre a conveniência de estimular, favorecer e facilitar a instalação de novas indústrias ou ampliação das existentes (*O Fluminense*, 30 set. 1952. Ed. 21.354, p.1).

Segundo o discurso oficial, estamos diante de um agência técnica, de assessoramento dos agentes públicos na tomada de decisão, estes, levariam em conta a política de incentivos industriais. Sem querer cair em mero recurso improdutivo, convém destacar as expressões de comando atribuídas à CEDI: “realizar pesquisas”; “promover estudos” e “propor providências”. Com efeito, na perspectiva do Comandante, que requisita atenção para a indústria fluminense, deve-se sublinhar o seguinte:

Nenhum assunto é de maior relevância do que a industrialização do estado, onde repousa, de principal, a sua economia. Necessário, portanto, que nesse importante setor administrativo, tenha o governador

uma equipe esclarecida, que lhe preste constante assistência (EAP gov 1951.02.00. s/p).

Ora, mesmo diante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, específica para estas demandas sobre as quais a CEDI se propunha, ao ser assim indagado - “Qual foi a política de seu governo em relação ao setor industrial” - Amaral Peixoto responde:

Havia a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, mas toda a parte de indústria e comércio era eu que fazia diretamente. Meu assessor nessa área era o Frânzio Sales. Chegava alguém interessado em montar uma indústria, eu o colocava em contato com o Frânzio. Eles corriam o estado, escolhiam o local e negociavam diretamente comigo através de um corpo técnico do qual o Frânzio fazia parte (Peixoto, 1986, p. 251).

A partir das ideias acima, vemos três protagonistas: o tal *corpo técnico*, Frânzio Sales e o próprio Comandante: repare os contornos pessoais à questão da indústria. Logo, como temos examinado até aqui, além de todo o aparelho do estado ao longo da administração amaralista que auxiliaria no desenvolvimento do setor, no segundo governo, havia, paralelamente, e de forma mais externada, este traço personalista.

Quanto ao corpo técnico do qual o Comandante faz alusão, trata-se exatamente da CEDI. O curioso é que, na sequência do depoimento ao CPDOC, Amaral Peixoto revela que a mesma não desempenhara atuação contundente: “[...]. *Mas essa comissão não chegou a atuar muito, não. Quem atuava mais era o Frânzio, diretamente comigo. [...]*” (PEIXOTO, 1986, p. 251). Novamente enfatizamos os contornos personalizados face a questão industrial. Em função disso aludimos acima do papel, em tese, exercido pela CEDI no auxílio às formulações industriais. Dito de outro modo: na prática, as perspectivas do próprio Comandante põem em dúvida a CEDI enquanto conselho técnico de assistência e estímulo, ao deslocar o plano de atuação para a esfera pessoal, digamos.

Seja como for, a CEDI revela ser uma agência análoga à federal Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) de 1951. Esta última, subordinada ao Ministério da Fazenda, passou a contribuir na formulação da política industrial varguista do período, apresentando nos seus quadros nomes de peso como Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Augusto Frederico Schmidt, Valentim Fernandes Bouças, Juracy Magalhães, Luís Simões Lopes, Lúcio Marins Meira, dentre outros.

Mesmo das falas personalizadas do Comandante, por outro lado, é possível fazer uma leitura cruzada deste órgão, a julgar tanto pelo discurso do nosso personagem, quanto

pela abordagem jornalística em *O Fluminense*. A CEDI esteve revestida de uma aproximação com os municípios para pesquisas e estudos relacionados à indústria; promoção de estudos das regiões; cooperação com os órgãos estaduais; obtenção de apoio ou estabelecimento de contatos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outras agências federais tais como a CDI e o Banco do Brasil; assistência aos empresários e as empresas interessadas em instalar-se no território fluminense. O jornal por nós percorrido, se reporta ao fato como a possibilidade de ampliação e instalação de novas indústrias, dado o agenciamento econômico do estado. *O Fluminense* estampa em manchete: “Maiores possibilidades para a instalação de novas indústrias no estado do Rio” (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1).

Nestes termos, a CEDI esteve inclinada a auxiliar na planificação e coordenação da atividade industrial junto aos demais órgãos da administração estadual. Por fim, vale reproduzir os longos subtítulos da manchete acima:

Importante decreto assinado pelo govenador Amaral criando a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial – Estreita colaboração com os municípios nas pesquisas e estudos relacionados com o parque industrial existente – Cooperação com os órgãos administrativos do estado que se ocupem de assuntos de natureza industrial – A CEDI dará assistência à pessoas físicas e jurídicas que demonstrem interesse pela instalação de novas indústrias (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1).

O Fluminense segue apreciando a questão submetida a seguinte manchete: “A Batalha da Industrialização Fluminense na Palavra do Governador Amaral Peixoto” (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1). Tal como no exemplo anterior, convém recuperar as expressões impressas no subtítulo da matéria:

Finalidades da CEDI: projetar o aumento da produção de energia elétrica, assegurar isenções cambiais para a importação de maquinaria, planejar a elevação do índice da produção de cimento e estudar um regime de crédito para os empreendimentos industriais do estado do Rio – agirá como órgão de ligação entre as indústrias instaladas no território fluminense e os estabelecimentos de créditos – o problema da assistência técnica, do planejamento e a isenção de impostos para minorar o custo da produção – as diretrizes do novo órgão auxiliar do governo estadual analisadas pelo chefe do executivo (*O Fluminense*, 30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1).

Na verdade, a matéria reproduz a fala do Comandante anunciada numa rádio da capital federal datada de 28 de setembro de 1952 (emissora não identificada) e cujo teor

integrava a mensagem encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa do Estado meses antes, em março de 1952. Além das questões acima, alude ainda o esforço pela “industrialização intensiva” da região do Vale do Paraíba e dos investimentos rodoviários. E mais do que isso: sobre o “programa de industrialização”, infere acerca de três preocupações do governo naquele turno: aumentar a produção de energia elétrica; ofertar maior quantidade de cimento no mercado fluminense e ampliar as facilidades cambiais para compra de maquinários.

Assim se apresentava a composição dos seus membros: além de Amaral Peixoto, tínhamos Frânzio Sales; Gileno de Carli; Carlos Viana Guilhem; Amerino Wanick; e, por fim, um sexto integrante, Fernando Lavrador. Pois bem, a partir de *O Fluminense* (30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1), o próprio Comandante em pronunciamento a uma emissora carioca havia dado conta de que a CEDI era integrada por poucos elementos – sem dar nomes. De fato, dizia tratar-se de - “um grupo pequeno, mas bem escolhido” –, formado por técnicos.

Em *O Fluminense*, por conta dos primeiros estudos realizadas entre os membros da CEDI, há reservado espaço para o que classifica como primeira reunião da agência. Ocasão em que foram analisados os tipos de indústrias e grupos interessados em investir no território fluminense. Eis longa manchete relacionada:

Amplas perspectivas que se abrem à indústria no estado do Rio: inúmeras empresas interessadas na instalação de novas indústrias em território estadual- Borracha sintética e motores de alta potência – O problema das destilarias de mandioca – Reunida a Comissão de Desenvolvimento Industrial (*O Fluminense*, 8 nov. 1952. Ed. 21.387).

No fundo, tratava-se de um plano de intenções, propostas, estudos e avaliações. Alguns destes casos se concretizaram, outros não. A CEDI tinha poder para descartar projetos se consideradas que as exigências dos proponentes fossem desfavoráveis ao estado do Rio. Entusiasmado, talvez, por aquele ambiente, o Comandante revelava seu “*horizonte de expectativa*”:

Dentro de alguns anos quando esse grande parque industrial que estamos criando estiver em plena produção, bem mais elevadas serão as rendas do Tesouro e maiores, portanto, as possibilidades do governo atender a um programa de obras públicas em benefício do povo (*O Fluminense*, 30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1.).

Nos termos acima, a noção de expectativa traz em si uma dimensão temporal do futuro, ainda que este carregue as marcas da incerteza (Koselleck, 2006). Desse modo, interpretamos: ao traçar seu anseio ou expectativa pelo futuro, Amaral Peixoto requisita a atenção para o que classifica como um dos pontos mais importantes da sua administração, qual seja: a *industrialização intensiva* onde as distintas zonas do território fluminense com algum incremento de obras públicas ou privadas teriam amplas condições de recepcionar estabelecimentos empresariais. E completa: no estado tem-se “as condições necessárias para a criação de um grande parque industrial”. Neste mesmo contexto, categoriza:

Não seria possível trazermos para o estado do Rio todas essas indústrias sem estimularmos os grupos capitalistas, dando-lhes as indispensáveis facilidades à realização de seus propósitos. Estamos, não tenho a menor dúvida, plantando bases sólidas para a recuperação econômica mais rápida do estado (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Assim, verifica-se que as atuações institucionais do governo ou mesmas as do próprio Comandante assenhoravam interesses do empresariado, portando, capitalistas. Neste sentido, convém perquirir um pouco mais as palavras do Comandante quando se refere a CEDI:

Vários outros grupos de capitalistas e industriais estão procurando instalar novas indústrias, enquanto que outros cogitam se transferir para o estado do Rio de Janeiro grandes organizações industriais, estando os documentos a respeito em estudos no órgão competente do Banco do Brasil (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Por fim, como entusiasta do setor, relata que o governo fluminense recorrentemente era procurado por empresários e empresas:

Continuamos a ser procurados, com insistência, por grupos e organizações industriais desejosos de se firmarem no estado do Rio, montando fábrica, instalando indústrias e transferindo estabelecimentos de outros países (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Para título das considerações finais, logo, em que pese a atribuição da CEDI, pela documentação utilizada, há um fator bem relevante, qual seja: ao fim e ao cabo a maioria da interlocução com o empresariado ocorreu via contornos pessoais, através do próprio Comandante. Em outras palavras, apesar da Comissão aqui percorrida, as cartas,

telegramas, contatos, sondagens, pedidos de ajuda e de intermediação junto aos órgãos federais, invariavelmente aqueles contatos assumiram direção vertical, isto é, com destino ao Comandante. Por conseguinte, esta intermediação direta soaria como a própria personificação do estado como que aproximando a figura de Amaral Peixoto a do Leviatã (Hobbes, 1979). No entanto, este personagem, não só testemunhou por uma posição e ponto de vista privilegiado, bem como interagiu com variadas forças e segmentos do capitalismo. Não é exagero categorizar que através da estrutura administrativa/governamental montada por Amaral Peixoto e seu grupo, os empresários aproximaram-se do núcleo decisório do estado do Rio de Janeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo fluminense decorre de longa data e assume diferentes tonalidades. Originário do passado colonial e imperial, adentra na Era republicana atravessado por um discurso modernizante, reforçado pelas metamorfoses dos anos 1930. A partir daquela ocasião o projeto de reformas e organização da produção fluminense insere dentro de uma lógica bem mais ampliada: restauração conservadora, centralização, burocratização e atendimento as prioridades do capital. À frente do executivo fluminense, o Comandante Amaral Peixoto buscou promover o desenvolvimento econômico do estado através de amplas medidas que incluíam: reforma administrativa; aperfeiçoamento da arrecadação tributária; padronização orçamentária; investimentos em infraestrutura rodoviária, elétrica, canalização de água e urbanização dos principais centros fluminenses; educação; ensino técnico (industrial, agrícola e pesqueiro); serviços de saúde; implementação de uma rede assistencialista; concessão de incentivos fiscais: por fim, apoio ao setor agrícola, à agroindústria, ao cooperativismo, à industrialização e ao turismo.

Como homem do seu tempo, a ideia central do grupo político conduzido e liderado por Amaral Peixoto era promover a modernização capitalista do estado do Rio e de suas distintas regiões, isto é, um desenvolvimento mais integrado das zonas fluminenses. Tal perspectiva não estava desvencilhada daquela contemporaneidade. Desde o início da década de 1930 o Estado brasileiro vivenciava importantes transformações políticas, econômicas e sociais, marcado, por exemplo, com crescente industrialização e diversificação da economia. Contudo, a industrialização fluminense já ganhava impulso

desde a virada do século XIX para o XX. Porém, é partir de 1930 que se verificam maiores mudanças estruturais na economia estadual. De modo mais amplo, nas administrações Amaral Peixoto estiveram em voga os discursos da refundação, modernização e soerguimento do estado do Rio de Janeiro.

As duas administrações Amaral Peixoto enfatizaram múltiplas políticas com vistas a dotar o estado do Rio de Janeiro de uma paisagem industrial, promover sua modernização produtiva e desenvolvimento. Para tal empreitada, Amaral Peixoto articulou distintas forças político-econômicas de modo a agregar agentes de diferentes setores, como já dissemos. Na condição de chefe do executivo fluminense, o personagem aqui em evidência desempenhou destacada atuação em várias frentes. Conclui-se que tenha sido um agente catalisador ao repactuar as chamadas forças conservadoras do estado: sejam políticas — ainda que com algumas fissuras —, sejam econômicas.

Vemos em Amaral Peixoto um entusiasta da indústria, ancorado na modernização produtiva e no desenvolvimento regional. Isso, menos pelos discursos e mais pelos direcionamentos de políticas para o setor. Pode-se dizer que aquele homem público arregimentou interesses privados, muito embora, em nome da coletividade fluminense. Este é um artifício elementar no mundo capitalista. O Comandante esteve muito próximo de agentes alinhados ao capital de maneira a tecer nova correlação de forças político-econômicas, permitindo-lhe aglutinar interesses de distintas parcelas detentoras de propriedades e do próprio capital.

Decerto, o conjunto de ações executadas pelos governos do Comandante Amaral Peixoto contribuíram para pavimentar os caminhos da industrialização fluminense. Somado a isso, a organização político-administrativa e corporativa, levada a cabo, reordenou as relações econômico-sociais, e, ao que parece, deu ao estado do Rio ajustada máquina pública no período balizado. Porém, o espaço reservado para este texto impossibilita aprofundar uma série de questões intencionalmente suscitadas e sobre as quais são necessários novos estudos.

REFERÊNCIAS

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto (EAP) / CPDOC

O Fluminense

PEIXOTO, Ernani do Amaral. **Artes da política**: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araújo, Dora Rocha Flaksman (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewim4eWZi86LAXVrt5UCHd56F7YQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F2192.pdf&usg=AOvVaw2NaR8wcPqfkgjF7BI8tghw&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

ALVES, Heloiza de Cácia Manhães. **A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes**: um projeto político 1930-50. 2013. 174f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos, 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi_7v2qi86LAXU0MTUKHW9pDWYQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fuenf.br%2Fposgraduacao%2Fsociologia-politica%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F9%2F2013%2F03%2FTese-Helo.pdf&usg=AOvVaw04Ls9dsKNGLCT4XZq1Hb37&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. **Niterói Operária**: trabalhadores(as), política e lutas sociais (1942-1964). Rio de Janeiro: APERJ/IOERJ, 2023. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi7xqm7i86LAXW3rJUCHXFNHPkQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Fomekas.im.ufrrj.br%2Fs%2FWorkers_Brazil%2Fitem%2F1027&usg=AOvVaw1cL9EWcJjaO5d7zePl2goR&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. **Soou o apito**: experiência operária e identidade de classe dos trabalhadores da Companhia. Fluminense de Tecidos (Barreto-Niterói). 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo (RJ), 2010. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiUz7bMi86LAXW-ppUCHcVOE7EQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Ffojs.uel.br%2Frevistas%2Fuef%2Findex.php%2Fmediacoes%2Farticle%2Fview%2F9658&usg=AOvVaw1jvtWjRjJvi6DkZPuzhfxP&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

ARAÚJO, Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de. **O Município de São Gonçalo na trajetória do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro**: auge e declínio da Manchester Fluminense. 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Faculdade de Economia, Niterói, 2004.

BEAUCLAIR, Geraldo de. **Raízes da indústria no Brasil**: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjev8-ZjM6LAXXgqpUCHRUimfAQFnoECBwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.abphe.org.br%2Farquivos%2Fgeraldo-de-beauclair.pdf&usg=AOvVaw2MsfRrXQp1PVUQdQ_Q0Z24&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. Sol sobre sal: das comunidades indígenas às organizações salineiras da Lagoa de Araruama. Rio de Janeiro: **Revista À Margem / Fronteira**, 1993. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjZtumujM6LAXU_q5UCHb4ULpEQFnoECBYQAAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.uepg.br%2Findex.php%2Ffhr%2Farticle%2Fdownload%2F2377%2F1872%2F6350&usg=AOvVaw2R7TcclWrrGra2uOaTWeP7&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. HONORATO, Cezar. Niterói industrial: ramos da pré-indústria (1834-1860). In: MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUSS, Paulo (Orgs.). **Cidade Múltipla**: temas de história de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi899--jM6LAXVGppUCHf9QLJgQFnoECBUQAAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F1746.pdf&usg=AOvVaw11F7M0pY0TXh22lOqWkizj&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

BRITO, Vinícius Kleyton de Andrade. **Trabalho escravo e trabalho livre no projeto de industrialização do Brasil**: o caso da imperial Companhia Seropédica Fluminense (1844-1865). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiunPfsjM6LAXULq5UCHVuKCWcQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.unirio.br%2Fcchs%2Fppgh%2Fproducao-academica%2Fdissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta%2Farquivos%2FVINICIUSKLEYTONDEANDRADEBRITODISSERTAOUNIRIO.pdf&usg=AOvVaw3WnyFNd7loqkbZ9aco1J30&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

BERNARDES, Maria Lysia. **Planície litorânea e zona canavieira do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjaiNzkjM6LAXUBqZUCHfsqHYyQFnoECBIQAAQ&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Findex.php%2Fbiblioteca-catalogo%3Fview%3Ddetalhes%26id%3D281902&usg=AOvVaw25Y1R54dmPQ9jeTJiSU-If&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjUofX1jM6LAXXlr5UCHf6lB90QFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fmarxismo21.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2013%2F11%2FPensamento-Econ%25C3%25B4mico-Brasileiro.pdf&usg=AOvVaw0FZZkWGjva9G2pUkAsnasN&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. **A greve da Bayer Belford Roxo**: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989). 2015. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História,

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiXjKuHjc6LAXWNg5UCHZeFCPMQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Ffrma.ufrj.br%2Fjspui%2F%2Fhandle%2F20.500.14407%2F14054%3Flocale%3Dpt_BR&usg=AOvVaw3Rrl8czVjCgd8OSpzz97fO&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. 1996. 316f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CORREA. Heloísa Serzedelo. Nova Friburgo: **o nascimento da indústria (1890-1930)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjE1_jQjc6LAXWEq5UCHS9YIwUQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Fteses%2FDissert-2007_EMRIKH_Victor-S.pdf&usg=AOvVaw2p4hqSeoXqj9RdZ5rfak95&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. 2009. 339f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiPseDqjc6LAXWMppUCHVhQA-4QFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F1185.pdf&usg=AOvVaw3u2Af9imcfTjAJGVStPad9&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

COSTA, Rafael Navarro. **Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)**. São Gonçalo (RJ), Rio de Janeiro, 2014. 267p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ), 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiTuaL_jc6LAXUgqJUCHaG_OMYQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.btd.uerj.br%3A8443%2Fhandle%2F1%2F13541&usg=AOvVaw0DbXQWntsCNyzmL7tLyKMu&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. **Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo**. 2008. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjE1_6Tjs6LAXWaqJUCHQURBwgQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F2302.pdf&usg=AOvVaw2OdOEE-Keleivs06Hf26iR&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Visões do Paraíso Capitalista: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República**. Mestrado. 1997. 173f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiukoSij6LAXW7uJUCHfh3IDYQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F120.pdf&usg=AOvVaw0ki5vJ4s6zo7WlktDhkXI&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiNk869js6LAXWqppUCHZOXJrAQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Ffrae%2Fa%2F6gLRxNpr5VxRVPkC7nh6dPv%2F&usg=AOvVaw0AhjLYaPuon7TiBd_WPA_W&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewikoaPLjs6LAXWMrpUCHZRvAv8QFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Fpantheon.ufrj.br%2Fhandle%2F11422%2F17047&usg=AOvVaw0l83C_qUa6UMmMTwoEJV6G&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjzrefhjs6LAXW3kpUCHa2bG-YQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.memoriadaeletricidade.com.br%2Fa%2Fcer%2F18944%2Frumos-e-metamorfoses-um-estudo-sobre-a-constituicao-do-estado-e-as-alternativas-da-industrializacao-do-brasil-1930-1960&usg=AOvVaw2O084c5nlrP-khvvmJf8yD&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República da Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

_____. **Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FIGUEIREDO, Joana Lima. **Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiE2uaAj86LAXVypUCHfPXEZ8QFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fapp.uff.br%2Friuff%2Fhandle%2F1%2F31240&usg=AOvVaw0PF1MaUOS4iOdih8jybWRB&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjlpd-Wj86LAXVGppUCHf9QLJgQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.maxwell.vrac.puc-rio.br%2F22377%2F22377.PDF&usg=AOvVaw3r_E7wr4VYTt3XUpMTzrRp&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjMpq-lj86LAXXlr5UCHdlKB5QQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Ffamures.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2022%2F08%2F1349631_Antonio_Gramsci_Cadernos_do_carcere_vol_II.pdf&usg=AOvVaw3wwr8eHjXrZ506NCo_dPZ9&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiW65zAj86LAXU4rpUCHfyoCKMQFnoECCQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Ffrae%2Fa%2FF8g3wJm3sDLDDj4Hmw6MGxL%2F&usg=AOvVaw2GLGRlb_kT9gaIztmD3ac&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores).

HONORATO, Cezar. **O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro**. 1987. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjTzKeHkM6LAXW3rZUCHSUPI5AQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F3713%2F11%2FPPE_v02_n01_Estado.pdf&usg=AOvVaw3xJv-DuzBsA3FkvkAUyFXg&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewid6PqYkM6LAXVZjpUCHYZoJOkQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.puc-rio.br%2Fbiblioteca%2Fdigitais%2Fkoselleck%2Fkoselleck.pdf&usg=AOvVaw3xJv-DuzBsA3FkvkAUyFXg&opi=89978449>

[A%2F%2Fpghs.uff.br/sites/fppghs.uff.br/files/FKOSELLECK%252C%2520Reinhart.%2520Futuro%2520passado.pdf&usg=AOvVaw3BISeRSKV LGAOjJkucUCuQ&opi=89978449](http://www.fppghs.uff.br/sites/fppghs.uff.br/files/FKOSELLECK%252C%2520Reinhart.%2520Futuro%2520passado.pdf&usg=AOvVaw3BISeRSKV LGAOjJkucUCuQ&opi=89978449) Acesso em: 18 fev. 2025

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**: esboços de história empresarial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiqpeCnkM6LAXUyqZUCHX4ZGqUQFnoECBEQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.rio.rj.gov.br%2Fdlstatic%2F10112%2F4204210%2F4101380%2Findustria_rio_de_janeiro.pdf&usg=AOvVaw07klagK6JunsOaEFccbkhQ&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2.v. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjOuty4kM6LAXWqIJUCHdWKIYAQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fflohucitec.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2024%2F07%2FHISTORIA-DO-RIO-DE-JANEIRO-2-ed.-Eulalia-Maria-Lahmeyer-Lobo-.pdf%3Fsrsltid%3DAfmBOor50MOMbLDRjxxpeSknfJc_SqEO8j7XRGPTrpBTLuRB0zcbhYTO&usg=AOvVaw2y8xgeshmETHIUBFG64cE-&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

LESSA, José Luís Honorato Lessa. **A indústria gonçalense no século XX**: origens e processos. São Gonçalo- RJ: Apologia Brasil, 2023.

MAGALHÃES, Cezar de. A Função Industrial de Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE. Ano XVIII. Jan/mar., 1966. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiF-8XmkM6LAXWJqZUCHaAdFwUQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.rbg.ibge.gov.br%2Findex.php%2Frbg%2Farticle%2Fview%2F2255&usg=AOvVaw0gAQ5HMtHPa0JMFwnOM_P_&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Hildete Pereira de Melo; CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização fluminense - 1930/1980. In: **Revista do Rio de Janeiro**, n.º 3. Niterói: UFF, 1986. p. 111-121. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewiL-Z6xkc6LAXW3oJUCHYxnEJYQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Festudoscario.cas.rio%2Findex.php%2Fojs%2Farticle%2Fview%2F59&usg=AOvVaw3K5K75P2cFUR8mtENnZVHD&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

MELO, Hildete Pereira de Melo. **A formação histórica da economia do estado do Rio de Janeiro**. Relatório de pesquisa. Niterói: Departamento de Economia da UFF. (mimeo.). [s.ed.]. [s /d].

_____. A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da. (Orgs.). **Um Estado em Questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. MELO, Hildete Pereira de Melo. Ferrovias e Café: Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1850/1910. IN: PAIVA, Clotilde Andrade, LIBBY, Douglas Cole (org.). **20 anos do Seminário sobre Economia Mineira - 1982-2002**: coletânea de trabalhos. vol. 2. Belo Horizonte, UFMG/FACE/Cedeplar, 2002. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewj9wKPkkc6LAXVzgpUCHYEDH3oQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.repositorio.ufop.br%2Fbitstreams%2F651994cd-7b03-4987-a179-ee14cbf3820e%2Fdownload&usg=AOvVaw1MwACCvQWOWW07kXSxHpau&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

_____. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro: 1888/1920**. 1993. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia Industrial, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiguen_kc6LAXXappUCHTpZObsQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fpantheon.ufrj.br%2Fbitstream%2F11422%2F5080%2F1%2FJZLederman.pdf&usg=AOvVaw2nXHIH3jP6RedQlXmXGjmg&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Identidade, memória e história em Santo Aleixo**: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo (RJ), 2008.

MENDONÇA, Carolina Bittencourt. **“Família Compactor”**: A trajetória da Companhia de Canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970. 2017. 104f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4824> Acesso em: 18 fev. 2025

MESQUITA, Pedro Paulo Aiello. **A formação industrial de Petrópolis**: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937). 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Poder) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi504TAks6LAXWGjJUCHXCoNewQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ufjf.br%2Fppghistoria%2Ffiles%2F2012%2F04%2FPedro-Paulo-Aiello-Mesquita1.pdf&usg=AOvVaw0PVVBk9HklCJmUciS7VyVX&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

MOMESSO, Beatriz Piva. **Indústria e trabalho no século XIX**: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d'Arenas. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8o8_Tks6LAXUfg5UCHdYFI-kQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.abphe.org.br%2Fuploads%2FBanco%2520de%2520Teses%2Fmomesso-beatriz-piva-industria-e-trabalho-no-seculo-xix.pdf&usg=AOvVaw0lc_wEU1N9V5h3NpfX7XTg&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo**: construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941/1968). 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjZyKzjks6LAXW9rpUCHUJWBQAQFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.usp.br%2Fitem%2F000730290&usg=AOvVaw1IAzxDDdDSadNovjDR9v_g&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

OLIVEIRA, Sônia Maria Gonzaga de. **Montanhas de Pano**: fábrica e vila operária em Santo Aleixo. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjr0vflks6LAXVgqJUCHR-eMCwQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Fbuscaintegrada.ufrj.br%2FRecord%2Faleph-UFR01-000187251&usg=AOvVaw29u17WZjw5kkSbsjrpHZ08&opi=89978449> Acesso em: 18 fev.2025

OSORIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local**: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

PEDREIRA, Pedro Henrique Campos; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; FILHO, Almir Pita Freitas. A historiografia da industrialização fluminense: a renovação recente dos estudos sobre o desenvolvimento fabril no estado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-24, 2024. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewichY6Qk86LAXXSrJUCHV94CvMQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fbrapci.inf.br%2Fv%2F300790&usg=AOvVaw0R9vBFWb5E0oWKg_7PuzfG&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

PEREIRA, Aline Fernandes. **A Fábrica Santo Aleixo**: a importância de uma indústria têxtil como exemplo de trabalho manufatureiro livre em uma sociedade escravista. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras (RJ), 2006. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewj3uM2fk86LAXWklJUCHSwIDkUQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.eeh2014.anpuh-rs.org.br%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2006%2Fconferencias%2FAline%2520Fernandes%2520Pereira.pdf&usg=AOvVaw0yCRAix89kUbNHt1Hp0MOA&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Cabo das tormentas e vagas da modernidade**: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores. *Cabo Frio (1943-1964) Arraial do Cabo*. 2009. 479f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2009. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwih3vesk86LAXUWjZUCHXgtLq4QFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Fstricto%2Ftd%2F1154.pdf&usg=AOvVaw2-BHBPhyffExfYB0mEBhSi&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiB44e8k86LAXXEIJUCHQcmL6sQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Fpublication%2F320054396_Estado-patrazo_e_luta_operaria_o_caso_FNM_Paz_e_Terra_1989&usg=AOvVaw3j1iJUnS0sxdFvwC6-kNa&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **Operário à tribuna**: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964). 2009. 270f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo (RJ), 2009. Disponível em:

http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiC67XLk86LAXWipZUCHQZpD34QFnoECBgQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.encontro2010.rj.anpuh.org%2Fresources%2Fanaais%2F8%2F1277210442_ARQUIVO_TextoCompletoparaXIVEncontroRegionalAnpuh-Rio-FelipeAugustodosSantosRibeiro.pdf&usg=AOvVaw0DTmnXKIC-G6rGNJBV2r1B&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

_____. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). 2015. 290f. Tese (Doutorado em História). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Industrialização, relações de classe e participação política**: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954).

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjYoLDwk86LAXUZqZUCHTIlFngQFnoECCQQAQ&url=https%3A%2F%2Frima.ufrj.br%2Fjspui%2Fbitstream%2F20.500.14407%2F13937%2F3%2F2010%2520-%2520Leonardo%2520Angelo%2520da%2520Silva.pdf&usg=AOvVaw1L33dNmDHgTglFuf4pulhM&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.